

Breves Apontamentos Sobre a Vida Política Brasileira da Década de 1980.

Luiz Miguel do Nascimento¹

Resumo: Esta comunicação tem como objetivo fazer algumas considerações sobre a vida política brasileira da década de 1980, particularmente após o fim do regime militar e a passagem do poder aos civis. Não se trata, evidentemente, de fazer uma análise em profundidade desse contexto histórico, mas apenas procurar apontar alguns elementos que tiveram mais impacto sobre a vida de uma grande parte dos brasileiros naquele período. Em outras palavras, com base na leitura da bibliografia procuramos destacar a transição política brasileira ocorrida em meados daquela década, cujo maior significado foi representado pela redemocratização do País, com o fim da ditadura civil militar em 1985 e a eleição direta para presidente da República em 1989. Na mesma direção, destacamos alguns aspectos da situação econômica e política da segunda metade dos anos de 1980. Para o encaminarmos esta discussão nos inspiramos nas contribuições teóricas e metodológicas da Nova História Política que, além de ter abandonado a narrativa meramente factual dos acontecimentos e das ações dos chamados grandes homens, parte do pressuposto de que o político não é uma instância ou um domínio entre outros da realidade, ele é o lugar onde se articulam o social e sua representação, a matriz simbólica onde as experiências coletivas se enraízam e se refletem ao mesmo tempo². Em outras palavras, mais do que uma dimensão relativamente autônoma da realidade a política é um lugar privilegiado para se analisar muitos aspectos da vida em sociedade. A propósito, Jacques Julliard chega a indagar se é possível existir uma inteligibilidade da história fora da referência ao universo político.³ Em termos da metodologia utilizada para realizar a leitura da bibliografia nos baseamos na análise textual, a qual, na perspectiva de Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas, parte do pressuposto de que todo documento é sempre portador de um discurso que, assim considerado, não pode ser visto como algo transparente. No desempenho desta tarefa o historiador deve atentar para a forma como se apresenta o conteúdo histórico que pretende examinar, quer se trate de uma simples informação ou de idéias. Para os autores, o método de abordagem dos campos semânticos pode ser mais adequado ao trabalho do historiador, permitindo-lhe “desconstruir” os discursos sem exigir necessariamente conhecimentos lingüísticos de grande envergadura.⁴ Com essas contribuições esperamos poder evidenciar que o resultado da eleição presidencial brasileira de 1989 está relacionado com o fracasso do primeiro governo civil após o fim da ditadura civil-militar.

Palavras-chave: Vida política brasileira, redemocratização, Nova República, década de 1980, eleição presidencial de 1989.

Ao iniciarmos esses apontamentos devemos lembrar que a ditadura civil militar foi implantada no Brasil em 1964 e durou até 1985 quando os civis assumiram o poder novamente. Ainda em 1965 foi instituído o bipartidarismo no país, com a criação da ARENA (Aliança Renovadora Nacional), o partido que iria dar sustentação política ao regime, e a criação do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), o único partido político de oposição permitido pela ditadura. Entretanto, como boa parte dos estudos de ciência política tem destacado, a partir de meados da década de 70 começou a existir uma oposição consistente dos setores mais pobres da população do país ao regime militar, particularmente nos grandes centros urbanos.⁵

Vale ressaltar que ainda no governo do general Garrastazu Médici, o crescimento econômico acelerado dos anos de 1968 a 1973, que ficou conhecido como “Milagre Brasileiro”, começou a se esgotar. Tal fato foi evidenciado pelo impacto da primeira crise internacional do petróleo de 1973. Durante o governo do general Ernesto Geisel, iniciado em 1974 a crise econômica se aprofundou. “O país torna-se mais vulnerável às conjunturas internacionais e, nessas condições, começam a se manifestar os descontentamentos dos setores da população mais prejudicados pelo modelo” de desenvolvimento adotado pelos governos militares. Esse processo se manifestou de forma mais explícita pela primeira vez com a grande vitória do MDB na eleição legislativa de 1974. O partido conquistou a maioria das cadeiras das Assembléias Legislativas de dezesseis estados e ampliou o número de parlamentares no Congresso Nacional de 94 para 185.⁶ O resultado daquela disputa política deixou claro que a oposição consentida pelo regime começava a trilhar um caminho não esperado pelos seus estrategistas. Ao invés de cumprir apenas um papel formal, ela passara a expressar o descontentamento das camadas populares com o fracasso do governo militar, particularmente no tocante à distribuição de renda.

Em face disso, em 1979, numa tentativa de dividir e enfraquecer a oposição, o regime militar reeditou o pluripartidarismo.⁷ No entanto, contrariando as expectativas do governo, essa medida parece que fortaleceu ainda mais os movimentos sociais e políticos que lhe faziam oposição. Pensamos que o mesmo aconteceu com a volta das eleições diretas para os governadores de Estado em 1982, a qual, ao que tudo indica, só fez aumentar o clamor pela redemocratização do país. Um exemplo disso é o movimento pelas Diretas-Já que foi a maior mobilização de massa, em volume e extensão, da história política do Brasil que atingiu seu auge em 1984. O objetivo do movimento era conquistar a aprovação da emenda constitucional do deputado federal Dante de Oliveira que propunha eleição direta para presidente da República em 1985. Mesmo contando com o apoio das principais lideranças políticas da oposição, o apoio do movimento operário, de outros movimentos sociais, dos estudantes, além da participação de muitos artistas e intelectuais, a emenda foi derrotada pelo Congresso Nacional em abril de 1984.⁸ Com isso, só restou a opção da eleição indireta, via Colégio eleitoral.

De qualquer forma, as pressões políticas e sociais contribuíram para por fim à ditadura militar em 1985, quando Tancredo Neves, do PMDB, foi eleito Presidente da República por um Colégio Eleitoral formado pelo Congresso Nacional. Tancredo teve como vice José Sarney que havia saído há pouco tempo do PDS, partido que dava sustentação à ditadura civil militar. Esse processo de redemocratização do país, com a eleição do primeiro governo civil após 25 anos, recebeu o nome de “Nova República”. Na verdade, essa transição foi feita sob a égide de um acordo político conservador, que na essência mascarava o continuísmo das estruturas políticas de mando, sob a capa de um verniz democrático. A propósito, como argumenta Francisco Carlos Teixeira, essa negociação tinha como objetivo viabilizar uma transição que não escapasse ao controle das elites política do agonizante regime militar. Como parte do acordo, uma parcela dos políticos do PDS votaria em Tancredo Neves, candidato do PMDB, contando que José Sarney fosse o seu candidato a vice-presidente, e alguns dos

principais políticos do PDS fossem indicados para futuros ministérios.⁹ Para piorar a situação, Tancredo Neves, em quem a população parecia depositar alguma confiança e esperança, faleceu antes de tomar posse no cargo. Naquelas circunstâncias, Sarney assumiu a Presidência da República sem ter um capital político ou prestígio suficiente para governar a nação.¹⁰

Como se sabe, por ser um homem moderado e conciliador, Tancredo Neves se transformara na principal liderança política do país nesse processo de transição negociada com os representantes dos militares. Além disso, ele passara a desfrutar de um certo prestígio junto à opinião pública, mas foi acometido por uma grave doença e acabou morrendo antes de tomar posse no cargo. Por esta razão, o seu vice, José Sarney, assumiu a Presidência da República sem ter o mesmo prestígio político de Tancredo para o exercício do cargo. Um exemplo do que estamos dizendo é que Sarney só conseguiu montar um ministério próprio após um ano de mandato.¹¹ Até então, tivera que conviver com os escolhidos pelo falecido presidente. Esta questão, aliada à falta de uma maior vontade política talvez sejam os motivos pelos quais ele não conseguiu realizar as reformas tão esperadas pelas camadas populares.

Na economia, a principal meta era acabar com a inflação que atingira 225,5% em 1985. Com esse intuito, o governo da “Nova República” pôs em prática uma série de medidas econômicas, cujo Plano Cruzado, lançado em fevereiro de 1986, foi a principal delas. Criou-se uma nova moeda, o cruzado, com corte de três zeros, em substituição ao cruzeiro. O seu valor foi mantido artificialmente com o congelamento dos preços dos produtos e dos salários durante quase nove meses para garantir o desempenho eleitoral dos partidos governistas em 1986, particularmente do PMDB, que se apresentava como promotor do plano. Com a ajuda momentânea do plano econômico o partido de Ulisses Guimarães e do Presidente José Sarney conquistou 22 dos 23 governos estaduais, a maioria nas assembleias Legislativas e no Congresso, o qual iria elaborar a nova constituição em 1988. Passada a eleição, o Plano Cruzado foi implodido pelo governo. Em fevereiro de 1987, com a liberalização dos preços, reacendeu-se a inflação, provocando queda dos salários reais, diminuição das atividades econômicas e crises financeiras em diversos setores. No final do governo Sarney, a inflação estava em 80% ao mês.¹²

As dimensões do capital político desperdiçado por Sarney e pelo PMDB com a implantação do Plano Cruzado podem ser melhor avaliadas com os números da popularidade do governo nas primeiras semanas de vigência desse pacote econômico: 97% dos brasileiros aprovaram a decisão do Executivo; além disso, mais da metade acreditava que a vida iria melhorar. Nenhum presidente alcançara tais índices de aprovação popular em tão pouco tempo. E, de fato, o Cruzado derrubou a inflação para menos de zero, e alguns estudos defendem que esse plano promoveu uma rápida distribuição da renda nacional. Mas não demorou para que o excesso de demanda ameaçasse esgotar a capacidade produtiva e, aos poucos, as mercadorias começassem a desaparecer das prateleiras. O governo tardou a realizar as reformas que o plano requeria – as mudanças, como dissemos, foram empurradas para depois das eleições do ano de 1986. No final, a tentativa de sustentar uma reforma restrita ao congelamento dos preços custou a dilapidação do estoque de reservas do Estado. “No início de 1987, o país estava quebrado, o presidente era vaiado e o Ministro da Fazenda se preparava para pedir demissão”.¹³

Dessa forma, o principal programa de estabilização econômica do Brasil na década de 1980 terminou de maneira melancólica. Talvez o fracasso do Plano Cruzado tenha exercido uma função pedagógica aos olhos dos brasileiros, que, a partir daquele momento, perceberam claramente a falta de seriedade e compromisso com mudanças na sociedade por parte da elite política que dirigia o processo de transição no país. A partir de então, até as eleições presidenciais de 1989, tanto o governo Sarney quanto o PMDB e a maioria dos políticos, de um modo geral, perderam prestígio perante a opinião pública.

É preciso dizer, todavia, que durante o governo Sarney correram alguns avanços institucionais: foi garantida a liberdade plena para a formação dos partidos políticos, incluindo os partidos comunistas, foi reconhecida as centrais sindicais e houve o retorno das eleições diretas nas capitais e nos municípios considerados de interesse da segurança nacional. Da mesma forma, também foi elaborada uma nova constituição em 1988. Como argumenta Sônia Irene do Carmo, ela trouxe importantes mudanças em relação às constituições anteriores: houve o reconhecimento não apenas dos direitos individuais mas também das coletividades; foram ampliados os direitos sociais e trabalhistas, inclusive com a garantia do direito de greve. A Constituição garantiu a liberdade de imprensa, qualificou como crime inafiançável a tortura de presos; ela condenou o racismo ou qualquer manifestação racista; ampliou o direito de voto aos analfabetos e aos jovens com mais de dezesseis anos. Além disso, introduziu o princípio da democracia participativa, possibilitando a iniciativa popular de legislação, o plebiscito e o referendo popular em todos os níveis governamentais. Entre outras medidas, o texto constitucional também estabeleceu o escrutínio em dois turnos, quando nenhum dos candidatos aos executivos – federal, estadual e municipal das capitais – não obtivessem a maioria absoluta dos votos. Apesar dos avanços trazidos por essa nova Carta Magna, como a maior parte dos seus itens institucionais não foi regulamentada, muitos dos direitos conquistados na lei permaneceram “letra morta”.¹⁴

Some-se a isso o fato de que no Brasil existe um arraigado sentimento de descrença nas leis. Em relação à Constituição de 1988, basta lembrar que, na época, era comum ouvir pessoas, particularmente das camadas populares, falarem que não esperavam nada desta Carta Magna. Houve até mesmo o caso de um entrevistado pela imprensa de Maringá em 1988 que acreditava que as coisas iriam piorar com a Nova Constituição.¹⁵ Assim, no contexto histórico da segunda metade da década de 80, como as mudanças esperadas pela população não se concretizaram, a nosso ver, em linhas gerais, a chamada grande política no Brasil viveu em compasso de espera: espera pelo fim do mandato de Sarney, aliás, muito aguardado pela esmagadora maioria da população, e à espera da tão sonhada eleição presidencial de 1989, após 21 anos de ditadura militar. Como dissemos, o governo, por incapacidade e falta de vontade política, deixara passar a sua primeira e única chance de acabar com a inflação no país, e iniciar um processo efetivo de distribuição de renda para a população mais pobre, com o Plano Cruzado. Acreditamos que esse plano de estabilização econômica foi um marco na transição política no Brasil porque simbolizou o último momento de crença dos brasileiros na “Nova República”. Frustradas as expectativas, o que se viu foi uma grande descrença em relação ao governo, à política e aos políticos.

Nesse sentido, mesmo considerando que foge aos propósitos desta comunicação fazer uma discussão mais profunda sobre as causas do fracasso da “Nova República” e do governo Sarney, concordamos com José Álvaro Moisés quando afirma que os atores democráticos, ou que diziam sê-lo, desmobilizaram o movimento das Diretas-Já e criaram a imagem simplista de que, encerrado o autoritarismo, automaticamente ocorreriam mudanças profundas na sociedade e no Estado. A Aliança Democrática¹⁶ que nasceu de um “pacto de não-competição” entre as elites tradicionais nunca incluiu claramente quaisquer mudanças no terreno sócio-econômico, o que implicaria jogar os setores conservadores na oposição ao regime. A antecipação da corrida sucessória para presidente da República impediu que a Aliança enfrentasse unida os problemas do país.¹⁷

Outros a analistas afirmam que a frustração de muitos brasileiros no final dos anos de 1980, em boa parte, pode ser explicada pelo fato de que no ápice da mobilização política, durante o processo de abertura, simbolizada pela campanha das Diretas-já em 1984, a “conquista da democracia esteve sistematicamente associada à reversão de um quadro sócio-econômico que se deteriorava” No período da transição, portanto, ela se tornou sinônimo de prosperidade econômica. Como argumentam estes autores, o desencanto com a atuação do

primeiro governo civil parece ter contaminado, em alguma medida, a legitimidade do próprio regime democrático no Brasil, na época.¹⁸ No tocante ao início da década de 1990, Weffort também afirmou que em países pobres como o nosso em que praticamente metade da população não recebia nem mesmo os benefícios mínimos do desenvolvimento, “a consolidação da democracia dependerá também da sua eficácia para resolver problemas econômicos e sociais”.¹⁹

Para piorar a situação, como vimos, a morte do presidente Tancredo Neves agravou a falta de legitimidade do sistema político e, com isso, particularmente no final da década de 1980, ele não era capaz de acomodar as tensões sociais. Como argumentou Lamounier a transição lenta e negociada no Brasil diminuiu os custos da abertura em termos de violência, mas legou ambigüidades graves ao primeiro governo civil, dificultando a sedimentação da nova legitimidade. A seu ver, nesse cenário, o revigoramento da legitimidade só poderia ser conseguido com eventos simbólicos marcantes, seguidos pela recuperação em relação ao desempenho objetivo. Com o veto das eleições diretas, a simbolização da ruptura se confundiu com a pessoa de Tancredo Neves. Mas essa tendência também foi abortada com a sua morte.²⁰ Como dissemos anteriormente, durante o Plano Cruzado, em 1986, bem que Sarney desfrutou de alguns momentos de popularidade e legitimidade, mas tal sucesso evaporou-se no final daquele ano com o fracasso do plano. Ao desapontamento econômico somou-se uma grave crise de confiança, que acabou vitimando não apenas a popularidade de Sarney, mas também a dos partidos políticos, principalmente o PMDB.

Na mesma direção, as hesitações das principais lideranças políticas do país em tomar as decisões necessárias para a época agravaram ainda mais um quadro que por si só já era complicado. Lamounier lembra que, nos anos 80, aumentou significativamente o potencial de conflitos sociais em um momento em que decrescia a capacidade do sistema econômico e político para acomodar essas tensões. Destaque-se que a sensível queda do crescimento econômico tornou essa época conhecida como década perdida. Desse modo, na visão do autor, ocorreu um descompasso entre os recursos e o potencial dos conflitos, provocando o agravamento da inflação. Tal processo se caracterizou por um aumento da participação política, visto que os grupos sociais trataram de se proteger contra a deterioração de sua posição relativa na sociedade. Assim, em sua opinião, essa participação, que era de caráter corporativo, intensificou “as demandas e pressões sociais em um momento em que eram declinantes a capacidade decisória do sistema político e a capacidade de acomodação do sistema econômico”.²¹

Concordamos que houve um aumento da participação política nos anos 80, mas não dá para aceitar a afirmação do autor que, a nosso ver, utiliza de forma generalizada a noção de corporativismo para qualificar a variada gama de atores sociais que atuavam na cena política na época. Acreditamos que adjetivar de forma indistinta como corporativistas, as Cebs (Comunidades Eclesiais de Bases), as associações de moradores, os movimentos estudantis, os partidos políticos e os vários sindicatos ou as centrais sindicais de trabalhadores significa generalizar excessivamente e perder de vista as peculiaridades desses atores sociais.

Pensamos que a abordagem de Lamounier não apreende de forma satisfatória o significado desses movimentos sociais que emergiam na cena política nos anos 80. Na verdade, como bem percebeu Eder Sader, esse aumento da participação política é melhor descrito como a culminação de um longo processo de aprendizado adquirido nas experiências de lutas cotidianas localizadas durante toda a década de 1970. As vitoriosas greves de seções – sobretudo ferramenteiras – nasceram modestas, utilizando-se da estratégia das operações tartarugas nas empresas automobilísticas de São Bernardo, mas produziram um estímulo para todo o movimento operário. As mobilizações dos moradores de periferia, reivindicando ônibus, escolas, creches, posto de saúde, criticando o custo de vida a partir dos Clubes de Mães, das Comunidades de Base, etc., com o tempo se converteram na realização de grandes

assembléias e caravanas que passaram a se dirigir até o Palácio do Governo, e, portanto, valorizaram o “trabalho miúdo” que vinha sendo feito nos bairros. Assim sendo, seria mais correto dizer que foi essa experiência, adquirida nas pequenas lutas de um cotidiano esquecido pelos poderes públicos que levou esses novos personagens a se constituírem como atores políticos e passarem a reivindicar, dos governantes, os seus legítimos direitos.²² Não eram simplesmente interesses corporativos que estavam sendo defendidos, como argumentou Lamounier.

De qualquer forma, quer nos parecer que a maioria das análises sobre as causas do fracasso do primeiro governo civil do país após a ditadura militar em 1985 concorda que foram as seguidas frustrações no desejo de mudança da população que consumiram o estoque de credibilidade, tanto do governo Sarney quanto dos partidos que o sustentaram. Nesse mesmo movimento, o PMDB foi desqualificado como canal de expressão do protesto, e foram esvaziadas, ainda no nascedouro, as perspectivas eleitorais do PFL.²³ Assim sendo, a desilusão com “Nova República” sob o governo de José Sarney apoiado pelo PMDB e PFL, transferiram para a eleição presidencial brasileira de 1989 grande parte das esperanças de mudanças que vinham sendo acumuladas havia quase duas décadas. Essa é a razão pela qual muitos comentaristas disseram que essa foi uma eleição plebiscitária; ou seja, a população votou contra o governo e os partidos que estavam no poder, haja vista que, os partidos dos dois candidatos que chegaram ao segundo turno da eleição, PRN de Fernando Collor e o PT de Lula, tinham bancadas minúsculas no Congresso Nacional - juntos somavam 5% das cadeiras - comparadas aos 59% de PMDB e PFL, os maiores partidos do país na época; mas nem assim os candidatos desses dois partidos à Presidência da República, Ulisses Guimarães (PMDB) e Aureliano Chaves (PFL), escaparam de votações inexpressivas na eleição presidencial de 1989.²⁴

Nesse sentido, ainda que não tenham percebido, ou planejado explicitamente, as velhas lideranças da política brasileira prepararam o caminho para um jovem político aventureiro chamado Fernando Collor de Mello chegar à presidência da República em 1989.²⁵ Aos 40 anos de idade, era o político mais jovem na história republicana a ser eleito para chefiar a nação. Grande parte dos seus eleitores deve ter imaginado que, finalmente, o ano novo, como reza a crença tradicional, iria realmente trazer vida nova para o país, sob o comando de um moço, aparentemente corajoso e destemido, que, ao longo da sua campanha eleitoral, prometera resolver todos os problemas brasileiros em um passe de mágica. Provavelmente, muitas dessas pessoas aguardaram, em vão, o milagre que não veio. Ao contrário do que disse uma sertaneja no interior de Alagoas, quando Collor e Frei Damião pousaram em um helicóptero em meio à multidão, o homem de Alagoas não desceu do céu.²⁶

Grande parte das análises sobre o voto popular em 1989 têm destacado que havia uma acentuada percepção social da crise moral dos políticos na “Nova República”, e o voto contra a politicagem, a corrupção e o favoritismo desempenhou papel crucial na definição da opção dos eleitores.²⁷ Da mesma forma, sustenta-se que as opiniões negativas sobre os políticos mesclavam-se com sentimentos de injustiça em relação à situação de miséria da maioria da população. Além disso, as pessoas se sentiam marginalizadas das decisões e não confiavam nas instituições em geral; estavam insatisfeitas com a qualidade dos serviços públicos e não acreditavam na eficácia da própria participação política. Foi nesse barro que se moldou as imagens dos candidatos que se destacaram nas preferências dos eleitores no primeiro turno.²⁸ O mesmo pode ser dito em relação aos dois candidatos que chegaram ao segundo turno.²⁹

Como bem observou Francisco de Oliveira, no primeiro turno da eleição o discurso de Collor incidiu sobre esses pontos cruciais da crise brasileira, e só no segundo turno é que ele assumiu um discurso de classe, com o tema do anticomunismo. Na opinião do autor, foi a sua investida contra o sistema político-partidário, a denúncia dos corruptos e das mazelas sociais como produto da ineficácia do Estado que garantiu seu êxito junto aos pobres. Na construção

dessa imagem, Fernando Collor encenou distanciamento dos políticos, a recusa do apoio das organizações empresariais, e ainda chamou as elites de ineptas e sem sensibilidade. Em sua retórica, os empresários eram gananciosos e incompetentes, os políticos corruptos e ineptos, e os sindicatos máquinas de corrupção a serviço de interesses pessoais e políticos. Em meio à crise que castigava os mais necessitados, a falta de investimentos sociais do governo parecia ser a contrapartida dos altos salários dos marajás. Nesse sentido, Collor mobilizou a seu favor toda a frustração, o ressentimento e as carências existentes no país, na época.³⁰ E, como hoje sabemos, foi bem sucedido com sua suposta aura de Indiana Jones lutando contra as forças do Templo da Perdição.³¹

Ao finalizar esses apontamentos devemos observar que lendo boa parte da literatura sobre o tema percebemos a existência de um consenso sobre a definição do cenário político, econômico e social dos últimos anos do governo Sarney. De um modo geral, o País atravessava uma grave crise econômica, com a inflação ultrapassando a casa dos 80% ao mês, após vários programas de estabilização da economia. Existia uma insatisfação muito grande, por parte da população, com o governo de José Sarney, com o PMDB e com a maioria dos políticos. Estes eram considerados desonestos, corruptos, que só defendiam os seus próprios interesses, dos parentes e dos amigos. Assim, os sucessivos fracassos da “Nova República”, - capitaneada por José Sarney, pelo PMDB e por Ulisses Guimarães - em resolver os problemas básicos da população de baixa renda do país, parece ter feito com que todo o manancial de esperanças depositado por essa gente no processo de transição política do Brasil se transformasse em uma frustração muito grande com o governo e com os políticos que estavam no poder, na época. Dessa forma, esse cenário, ou contexto histórico teve um papel muito importante para a vitória de Fernando Collor na eleição presidencial de 1989.

¹ Professor do Departamento de História da UEM. E-mail: lmiguel@wnet.com.br

² ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH/Editora Contexto, v.15, n.30, p.9-22. 1995. p. 11-12.

³ JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques & NORRA, Pierre (org.). *História: novas abordagens*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 180-196.

⁴ CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. História e análise de texto. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da história: ensaio de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 375-399.

⁵ LAMOUNIER, Bolívar. O voto em São Paulo, 1970-1978. In: LAMOUNIER, Bolívar (org.) *Voto de desconfiança - eleições e mudança política no Brasil: 1970-1979*. São Paulo, Ed. Vozes, 1980.

⁶ CARMO, Sônia Irene Silva do. *A construção da pátria: o discurso eleitoral pela TV na campanha de 89*. 1996. Tese (Doutorado) apresentada ao Departamento de Didática e Metodologia de Ensino da Faculdade de Educação da USP, São Paulo, 1996. p. 102-103.

⁷. Com essa medida, a ARENA se transformou em PDS; surgiram o PP, o PDT, o PTB, o PT, e o MDB acrescentou um P à sua sigla, e se tornou PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro).

⁸ TOSI, Alberto. A massa na praça: mobilização e conflito na campanha das “Diretas Já”. *Revista Comunicação & Política*, Rio de Janeiro: Ed. Cebela, v.1, n.3, p.163-178, abril/julho. 1995.

⁹ SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano; v. 4). p. 243-282

¹⁰ NASCIMENTO, Luiz Miguel do. *Olhar cotidiano sobre a política: a eleição presidencial de 1989 e a eleição municipal de 2000 em Maringá*. 2003. 300 f. Tese (doutorado) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

¹¹ NOBLAT, Ricardo. *Céu dos favoritos*. Rio de Janeiro: Rio fundo Ed., 1990. p. 44.

¹² CARMO, Sônia Irene Silva do. op. cit. p. 110-122

¹³ NOBLAT, Ricardo. Op. cit. p. 59.

¹⁴ CARMO, Sônia Irene Silva do. op. cit. p. 110-113.

¹⁵ NASCIMENTO, Luiz Miguel do. *A vida política brasileira do final da década de 1980 na visão dos eleitores maringenses*. (No prelo). p. 37.

¹⁶ A chamada Aliança Democrática foi formada pelo PMDB e pelo PFL (Partido da Frente Liberal) que nascera como uma dissidência do PDS (Partido da Social Democracia), que passara a dar sustentação ao Regime militar após a volta do pluripartidarismo em 1979.

¹⁷ MOISÉS, José Álvaro. Dilemas da consolidação democrática no Brasil. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n.16, p.47-86, março. 1989. p. 77-78

¹⁸ MUSZYNSKI, Judith; MENDES, Antonio Manuel Teixeira. Democratização e opinião pública no Brasil. In: LAMOUNIER, Bolívar, (org.). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: Editora Sumaré Ltda/IDESP, 1990. p.61-80.

¹⁹ WEFFORT, Francisco Correia. *Qual democracia?* 2.ed, São Paulo: Companhia das Letras, 1992. P.

²⁰ LAMOUNIER, Bolívar. Antecedentes, riscos e possibilidades do governo Collor. In: LAMOUNIER, Bolívar, (org.). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo, Editora Sumaré Ltda/IDESP, 1990. p.13-35.

²¹ LAMOUNIER, Bolívar, op. cit. p.14-15.

²² SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 237

²³ SALLUM JUNIOR, Brasílio; GRAEFF, Eduardo P.; LIMA, Elisabeth Gomes de. Eleições presidenciais e crise do sistema partidário. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n.20, p.69-87, maio. 1990. p. 79

²⁴ Ulisses Guimarães ficou em sétimo lugar na disputa presidencial com 4,4% dos votos, ou 3.204.789 eleitores. Aureliano Chaves obteve apenas irrisórios 600.764 votos. CARMO, Sônia Irene Silva do. op. cit. p. 121.

²⁵ Quadro III – Resultado final da votação do segundo turno da eleição presidencial de 1989 no Brasil

Fernando Collor de Mello	35.089.998 votos	49,94%
Luiz Inácio Lula da Silva	31.076.364 votos	44,23%

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. **Paraná eleitoral**. Paraná. [s.n], 1990, p.253.

²⁶ GURGEL, Antônio de Pádua; FLEISCHER, David. *O Brasil vai às urnas: retrato da campanha presidencial*. Brasília – DF: Thesaurus Editora, 1990. P. 152

²⁷ MOISÉS, José Álvaro. Eleições, participação e cultura política: mudanças e continuidades. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n.22, p.133-187, dezembro. 1990. p.133-135.

²⁸ SALLUM JUNIOR, Brasílio; GRAEFF, Eduardo P.; LIMA, Elisabeth Gomes de. op. cit. p.71

²⁹ Ricardo Noblat comenta uma pesquisa de opinião feita por uma empresa de São Paulo em 1988, na qual constatou-se que só 5% dos cidadãos confiavam nos políticos, 7% confiavam no governo, e apenas 13%

acreditavam na eficácia dos serviços públicos. NOBLAT, Ricardo. *Céu dos favoritos: o Brasil de Sarney a Collor*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1990, p.170.

³⁰ OLIVEIRA, Francisco de. *Collor, a falsificação da ira*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1992. p. 47-48

³¹ CARVALHO, José Murilo de. Eleição em tempo de cólera. *Caderno de Conjuntura*, Rio de Janeiro, n.20, p.10-15, julho. 1989. P. 14.